

# TRT-GO

Praticando 500  
Questões Gabaritadas



CÓD: SL-054DZ-22  
7908433230564

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática.....	41
3. Raciocínio Lógico.....	53
4. Noções de Estatísticas .....	67
5. Noções de Direito Constitucional.....	85
6. Noções de Direito Administrativo.....	101
7. Noções de Administração Pública.....	117
8. Noções de Direito do Trabalho.....	133

(D) Iconográfico, resistência e partícipe têm sua acentuação determinada pela mesma regra.

(E) Ciente de sua função exclusiva na ortografia, a de unir as partes de certas palavras compostas ou derivadas por prefixação, a autora eliminou o traço-de-união, ou hífen, de todo o seu texto.

### 2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Há certas definições que parecem desnecessárias. História é um termo com o qual convivemos diariamente desde a infância. A maior parte das pessoas ...I quem se fizer a pergunta “O que é história?” se considerará em condições de respondê-la. Mas, ao tentar uma resposta, a pessoa se enrolará, não chegando ...II nenhuma definição precisa, ou dirá, com certo desinteresse, refletindo um consenso mais ou menos geral: “A história é o que já aconteceu ...III muito tempo”.

(Adaptado de: BORGES, Vavy Pacheco. O que é história? São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 7)

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – a – à.
- (B) a – à – há.
- (C) a – a – há.
- (D) a – a – a.
- (E) à – à – à.

### 3. FCC - AG SUP (SEDU ES)/SEDU ES/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Atenção: Para responder à questão, leia o texto abaixo.

Os que se empenham em examinar as ações humanas jamais ficam tão atrapalhados como para juntá-las e apresentá-las sob a mesma luz, pois comumente elas se contradizem de modo tão estranho que parece impossível que venham da mesma matriz. O jovem Mário ora parece filho de Marte, ora filho de Vênus. Dizem que o papa Bonifácio VIII assumiu seu cargo como uma raposa, portou-se como um leão e morreu como um cão. E quem diria que foi Nero, essa verdadeira imagem da crueldade, quem respondeu, quando lhe apresentaram para assinar, seguindo a praxe, a sentença de um criminoso condenado: “Prouvera a Deus que eu jamais tivesse aprendido a escrever”, de tal forma lhe apertava o coração condenar à morte um homem? Tudo está tão cheio de exemplos assim, e até mesmo qualquer um de nós pode encontrar tantos outros por si mesmo, que estranho ver gente de bom senso ter às vezes trabalho para juntar essas peças, visto que a irresolução me parece o vício mais comum e aparente de nossa natureza.

(MONTAIGNE, Michel de. Os ensaios: uma seleção. São Paulo: Companhia das Letras, 2010)

...I... pecados elegantes e outros que aspiram ...II.. sê-lo.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. O avesso das coisas: aforismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019)

Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I e II devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) Há – à
- (B) Há – a
- (C) Há – há
- (D) A – a
- (E) A – à

### 4. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/ BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Se é verdade que a capacidade de ficar perplexo é o começo da sabedoria, então esta verdade é um triste comentário à sabedoria do homem moderno. Quaisquer quesejam os méritos de nosso elevado grau de educação literária e universal, perdemos o dom de ficar perplexos. Imagina-se que tudo seja conhecido – senão por nós, por algum especialista cujo mister seja saber aquilo que não sabemos. De fato, ficar perplexo é constrangedor, um indício de inferioridade intelectual. À medida que vamos envelhecendo, aos poucos perdemos a capacidade de ficar surpresos. Até as crianças raramente se surpreendem, ou pelo menos procuram não demonstrar isso. Saber as respostas certas parece ser o principal; em comparação, considera-se insignificante o saber fazer as perguntas certas.

Quiçá seja esta atitude uma razão por que um dos mais enigmáticos fenômenos de nossa vida, os nossos sonhos, dê margem a pouco espanto e suscite tão poucas perguntas.

Todos sonhamos: não entendemos nossos sonhos, e no entanto agimos como se de nada estranho corresse em nossas mentes adormecidas, estranho aomenos em comparação com as atividades lógicas, deliberadas, de nossas mentes quando estamos acordados.

Quando acordados, somos seres ativos, racionais, ávidos por tentar obter o que desejamos e prontos a defender-nos contra qualquer ataque. Agimos e observamos; vemos o mundo exterior, talvez não como seja, mas no mínimo de maneira tal que o possamos usar e manipular. Todavia, também somos bastante desprovidos de imaginação, e raramente – exceto quando crianças ou se somos poetas – logramos conceber mais do que meras duplicações dos acontecimentos e tramas de nossa experiência concreta. Somos eficientes, mas um tanto desenxabidos.

3	2	32
0	1	1
30	21	

Nessas condições, a maior soma possível é:

- (A) 357
- (B) 348
- (C) 396
- (D) 354
- (E) 339

6. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em um jogo de futebol o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor 0. Se houver empate, cada time ganha 1 ponto. As equipes A, B, C e D jogaram um torneio em que cada uma delas jogou exatamente uma vez contra a outra. Ao final do torneio, a equipe A obteve 7 pontos e as equipes B e C obtiveram 4 pontos cada uma. O número de pontos que a equipe D obteve foi:

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 3
- (E) 2

7. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ENGENHARIA ELÉTRICA/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um museu decidiu, devido à pandemia, autorizar a entrada de apenas três pessoas por vez. Aguardando a entrada, o trio em que Ana estava era o sétimo trio contando do início da fila e era o quinto trio contando do final da fila. O número de pessoas que estavam na fila do museu era

- (A) 33
- (B) 30
- (C) 27
- (D) 36
- (E) 39

8. FCC - PROF B (SEDU ES)/SEDU ES/ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO/MATEMÁTICA/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais



Três números de 4 dígitos são escritos em 3 pedaços de papel, observou-se então que a soma total dos números era de 17.215. Porém, após algum tempo, 3 dígitos foram rasurados e os 3 papéis ficaram assim: A soma dos três dígitos rasurados é

- (A) 9.
- (B) 10.
- (C) 11.
- (D) 13.
- (E) 12.

9. FCC - AJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Oito cartões, numerados de 1 a 8, sem repetições, são distribuídos em duas caixas, **A** e **B**, de modo que a soma dos números dos cartões da caixa **A** seja igual à soma dos números dos cartões da caixa **B**. Se na caixa **A** há três cartões, então, certamente,

- (A) o cartão com número 8 está na caixa **A**.
- (B) o cartão com número 7 está na caixa **A**.
- (C) o cartão com número 3 está na caixa **B**.
- (D) os cartões com números 1 e 2 estão na caixa **B**.
- (E) o cartão com número 4 está na caixa **B**.

10. FCC - AJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Geraldo perguntou aos seus três filhos, Antonio, Bruno e Carlos, quantas cabeças de gado ele possuía. Antonio disse 2022, Bruno disse 2027 e Carlos disse 2010. Geraldo respondeu que eles erraram por 12, 7 e 5 cabeças, não necessariamente nessa ordem. O número de cabeças de gado que Geraldo possui é:

- (A) 2012
- (B) 2015
- (C) 2017
- (D) 2020
- (E) 2010

5. FCC - ASS ADM FOM (AFAP)/AFAP/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

A negação da afirmação condicional “Se Carlos não foi bem no exame, vai ficar em casa” é:

- (A) Se Carlos for bem no exame, vai ficar em casa.
- (B) Carlos foi bem no exame e não vai ficar em casa.
- (C) Carlos não foi bem no exame e vai ficar em casa.
- (D) Carlos não foi bem no exame e não vai ficar em casa.
- (E) Se Carlos não foi bem no exame então não vai ficar em casa.

6. FCC - AUD FISC (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Em seu discurso de posse, determinado prefeito afirmou: “Se há incentivos fiscais, então as empresas não deixam essa cidade”. Considerando a afirmação do prefeito como verdadeira, então também é verdadeiro afirmar:

- (A) Se não há incentivos fiscais, então as empresas deixam essa cidade.
- (B) Se as empresas não deixam essa cidade, então há incentivos fiscais.
- (C) Se as empresas deixam essa cidade, então não há incentivos fiscais.
- (D) As empresas deixam essa cidade se há incentivos fiscais.
- (E) As empresas não deixam essa cidade se não há incentivos fiscais.

7. FCC - AUD FISC (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Suponha que a negação da proposição “Você é a favor da ideologia X” seja “Você é contra a ideologia X”. A proposição condicional “Se você é contra a ideologia A, então você é a favor da ideologia C” é equivalente a

- (A) Você é a favor da ideologia A e você é a favor da ideologia C.
- (B) Ou você é a favor da ideologia A ou você é a favor da ideologia C, mas não de ambas.
- (C) Você é a favor da ideologia A ou você é contra a ideologia C.
- (D) Você é a favor da ideologia A ou você é a favor da ideologia C.
- (E) Você é contra a ideologia A e você é contra a ideologia C.

8. FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO MÉDIO TÉCNICO/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Seja a afirmação: “Se um time tem muito dinheiro e bons jogadores, então esse time não tem problemas”. Uma negação lógica dessa afirmação é

- (A) um time tem muito dinheiro e bons jogadores, e esse time tem problemas.
- (B) se um time não tem muito dinheiro e não tem bons jogadores, então esse time tem problemas.
- (C) se um time não tem muito dinheiro ou não tem bons jogadores, então esse time não tem problemas.
- (D) um time tem problemas e não tem bons jogadores e tem muito dinheiro.
- (E) se um time tem problemas, então esse time não tem muito dinheiro e não tem bons jogadores.

9. FCC - AG ADM (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Sempre que, em um dia, há aula de Matemática e de Física, mas não há aula de Português, Anita leva sua calculadora de casa para a escola. Se hoje Anita não levou sua calculadora de casa para a escola, então, certamente, hoje

- (A) não houve aula de Matemática, nem de Física, mas houve de Português.
- (B) não houve aula de Matemática, ou não houve aula de Física, ou houve aula de Português.
- (C) não houve aula de Matemática, nem de Física, nem de Português.
- (D) houve aula de Matemática e de Física, mas não houve aula de Português.
- (E) não houve aula de Matemática, ou não houve aula de Física, ou não houve aula de Português.

10. FCC - AG ADM (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a proposição: “Se Alberto está estudando, então é véspera de prova ou é dia 29 de fevereiro”. Uma proposição equivalente a essa é

- (A) Se Alberto não está estudando, então não é véspera de prova ou não é dia 29 de fevereiro.
- (B) Se Alberto não está estudando, então não é véspera de prova e não é dia 29 de fevereiro.
- (C) Se é véspera de prova ou é dia 29 de fevereiro, então Alberto está estudando.
- (D) Se Alberto está estudando, então é véspera de prova e é dia 29 de fevereiro.
- (E) Se não é véspera de prova e não é dia 29 de fevereiro, então Alberto não está estudando.

4.000   — 6.000	f2
6.000   — 8.000	f3
8.000   — 10.000	f4
10.000   — 12.000	f5
12.000   — 14.000	f6
TOTAL	80

Observação:  $60f1 = 15f2 = 12f3 = 20f4 = 30f5 = 60f6$

O valor da média aritmética dos salários foi obtido considerando que todos os valores incluídos em um certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio deste intervalo. O valor da mediana foi obtido pelo método da interpolação linear. A porcentagem que o valor da mediana representa do valor da média aritmética dos salários é, em %, igual a

- (A) 98.
- (B) 88.
- (C) 90.
- (D) 96.
- (E) 84.

5. FCC - AJ TRT13/TRT 13/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2014

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

A tabela de frequências absolutas, abaixo, corresponde à distribuição dos salários dos empregados em uma empresa, em que todos os intervalos de classe têm a mesma amplitude. O valor da mediana dos salários (obtido por interpolação linear) é igual a R\$ 4.100,00 e pertence ao intervalo [c , d) em que c = R\$ 3.500,00.

Intervalos de Classe (R\$)	Frequências Absolutas
a ┆ b	10
b ┆ c	15
c ┆ d	25
d ┆ e	20
e ┆ f	10
Total	80

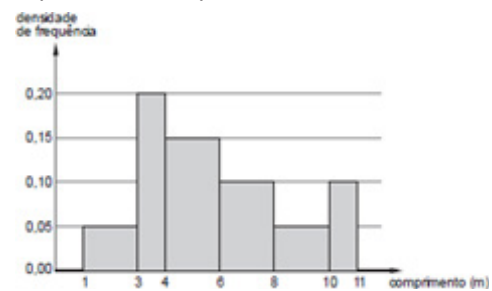
Calculando o valor da média aritmética destes salários, considerando que todos os valores incluídos em um certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio deste intervalo, verifica-se que este valor pertence ao intervalo (em R\$)

- (A) [3.900 , 3.950).
- (B) [3.950 , 4.000).
- (C) [4.000 , 4.050).
- (D) [4.050 , 4.100).
- (E) [4.100 , 4.150).

6. FCC - AJ TRT5/TRT 5/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2013

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

A distribuição das medidas em metros (m) dos comprimentos dos cabos no estoque de uma fábrica está representada pelo histograma mostrado abaixo, em que no eixo vertical constam as densidades de frequências, em  $(n)-1$ , e no eixo horizontal os intervalos de classe. Define-se densidade de frequência de um intervalo de classe como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo.



Sabendo-se que todos os intervalos de classe são fechados à esquerda e abertos à direita, então a porcentagem dos cabos que apresentam uma medida de comprimento de pelo menos igual a 4 m e inferior a 10 m é de

- (A) 50%.
- (B) 60%.
- (C) 70%.
- (D) 80%.
- (E) 90%.

7. FCC - AJ TRT12/TRT 12/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2013

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

Em uma tabela de distribuição de frequências relativas, representando a distribuição dos salários dos funcionários em um órgão público, obteve-se pelo método da interpolação linear que o valor da mediana foi igual a R\$ 4.400,00 e pertencente ao intervalo de classe [4.000,00; 5.000,00), em R\$. Se 35% dos funcionários possuem um salário maior ou igual a R\$ 5.000,00, então a respectiva frequência relativa correspondente ao intervalo em que pertence a mediana é, em %, igual a

- (A) 15.
- (B) 40.
- (C) 20.
- (D) 25.
- (E) 18.

- (D) da harmonização integrativa.
- (E) da concordância prática.

13. FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Considere o seguinte excerto de voto do Min. Roberto Barroso, proferido em sede de julgamento de Recurso Extraordinário com repercussão geral, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal:

[...] o Direito brasileiro vem manifestando, desde a promulgação da Constituição de 1988, por seu poder constituinte originário, por seu poder constituinte derivado e pelo legislador ordinário, o firme propósito de avançar na proteção conferida à criança e ao filho adotivo. É de acordo com essa evolução, com a cadeia de normas antes descrita e à luz dos compromissos e dos valores que elas expressam, que o alcance da licença maternidade das servidoras públicas deve ser interpretado. No caso em exame, todos os capítulos desta história avançaram, paulatinamente, para majorar a proteção dada à criança adotada e igualar seus direitos aos direitos fruídos pelos filhos biológicos.

Assim, observado tal parâmetro, há um único entendimento compatível com a história que vem sendo escrita sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil: aquele que beneficia o menor, ao menos, com uma licença maternidade com prazo idêntico ao da licença a que faz jus o filho biológico. Esse é o sentido e alcance que se deve dar ao art. 7o , XVIII, da Constituição, à luz dos compromissos de valores e de princípios assumidos pela sociedade brasileira ao adotar a Constituição de 1988. É, ainda, o entendimento que assegura a integridade do Direito. Mesmo que o STF tenha se manifestado em sentido diverso, no passado, e mesmo que não tenha havido alteração do texto do art. 7o , XVIII, o significado que lhe é atribuído se alterou. [...]

Refere-se o Ministro, no caso, ao fenômeno da

- (A) interpretação conforme à Constituição, por meio da qual a norma constitucional, originária ou resultante de emenda, se adequa aos princípios por ela adotados, pela via da interpretação judicial, que, no caso, resultou na ampliação do alcance da norma referente à licença gestante, para abranger a licença adotante.
- (B) mutação constitucional, pela via da interpretação judicial, que, no caso em tela, resultou no reconhecimento de que os prazos da licença adotante, não referida expressamente pela Constituição, não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, assegurada pela Constituição com a duração de cento e vinte dias.
- (C) mutação inconstitucional, ocasionada pela mudança da realidade social e conseqüente nova percepção do Direito, produzindo uma alteração informal no

texto constitucional, que, no caso em tela, consistiu no reconhecimento de direito à licença adotante, não previsto expressamente no texto constitucional.

(D) modificação formal da Constituição, por meio da ampliação de seu rol de direitos fundamentais, de modo a contemplar direitos e garantias que, embora não previstos expressamente no texto da Constituição, decorrem do regime e dos princípios por ela adotados, a exemplo da licença adotante, de que cuida o caso em tela.

(E) declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto, a qual se opera nas situações em que se restringe ou amplia o alcance da norma constitucional, sem que seu texto sofra alteração, como no caso do dispositivo que assegura a licença gestante, por período de cento e vinte dias, ao qual se equiparou o da licença adotante.

14. FCC - AJ TRT23/TRT 23/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A participação social está prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1o, ao afirmar que “todo poder emana do povo”, sendo exercida por meio de representantes no Poder Executivo e Poder Legislativo. De modo mais alargado, a participação social está presente na gestão pública em conselhos, por exemplo.

Sendo assim, a gestão participativa se expressa:

- (A) Conforme a presença de grupos homogêneos nos conselhos.
- (B) Pela troca de informações e partilha de conhecimento.
- (C) Por meio dos interesses da gestão pública.
- (D) De acordo com o desenvolvimento das ações.
- (E) Pela possibilidade de execução momentânea.

15. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A solução pacífica dos conflitos constitui

- (A) fundamento da República e do Estado Democrático de Direito.
- (B) objetivo fundamental da República.
- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) objetivo sindical.
- (E) objetivo dos partidos políticos.

- (A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

O ato administrativo consistente na publicação da nomeação de novos servidores públicos no Diário Oficial do Estado do Amazonas atende ao princípio da

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) supremacia do interesse público.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

8. FCC - ACE (TCE-GO)/TCE GO/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da

- (A) moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.
- (B) eficiência não encontra expresso amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.
- (C) impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.
- (D) publicidade foi alçado à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.
- (E) legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.

9. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

A imposição de obrigações e restrições aos administradores, apenas nos limites necessários ao atingimento do interesse público colimado, constitui um corolário do princípio da

- (A) proporcionalidade, que predica adequação entre meios e fins.
- (B) legalidade, que é um princípio prevalente, cuja incidência afasta a dos demais.
- (C) eficiência, o qual, contudo, aplica-se à Administração Pública apenas subsidiariamente.
- (D) isonomia, o qual, todavia, pode ser afastado em prol da supremacia do interesse público.
- (E) razoabilidade, que impede a Administração Pública de atuar com poder de império.

10. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

Os conceitos de autotutela e de tutela presentes no regime jurídico aplicável à Administração Pública são

- (A) decorrentes da evolução histórica da organização da Administração Pública, sendo o primeiro expressão do modelo burocrático, e o segundo próprio do modelo gerencial.
- (B) ambos expressão do poder hierárquico exercido no âmbito da Administração Pública, sendo a tutela exercida na linha de comando entre superiores e seus subordinados e a autotutela no âmbito de autoridades da mesma linha hierárquica.



(E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga diretamente para a empresa pelo bem ou serviço que consume. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

4. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

- (A) avaliação por resultados e participação nos lucros.
- (B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.
- (C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.
- (D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.
- (E) participação nos lucros.

5. FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Administração patrimonialista

O modelo de Administração pública utilizado para descrever o caso brasileiro nos períodos da Colônia, do Império e da República, até a década de 30, onde não há clara distinção entre o bem que é público, privado ou do governante, é conhecido como modelo

- (A) burocrático.
- (B) gerencial.

- (C) patrimonial.
- (D) formal.
- (E) social.

7. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022  
Assunto: Administração gerencial (Nova Gestão Pública ou modelo pós-burocrático)

Duas das diferenças principais entre Administração Pública Gerencial e Administração Pública Societal são:

(A) A Administração Pública Gerencial é um movimento nacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos latino-americanos e desconsidera a eficiência administrativa, ajustando a gestão conforme recomendações dos ministérios governamentais, enquanto a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais do Sul do Brasil e minimiza a participação social no Estado, procurando estruturar um projeto político que seja condizente com o estado vigente.

(B) A Administração Pública Gerencial tem origem nos movimentos sociais brasileiros, enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão, enquanto a Administração Pública Societal é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano e enfatiza a eficiência administrativa fundamentando-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.

(C) A Administração Pública Gerencial é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano, enfatiza a eficiência administrativa e fundamenta-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. Já a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais brasileiros e enfatiza a participação social, procurando estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão.

(D) A Administração Pública Gerencial enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas, enquanto a Administração Pública Societal enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.

(E) A Administração Pública Gerencial não tem uma proposta de organização administrativa do aparelho do Estado, enfatizando iniciativas locais de organização e gestão pública, enquanto a Administração Pública Societal tem uma organização administrativa do

4. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

O tema relativo às fontes no Direito do Trabalho possui um enfoque especial por comportar um relevante elemento diferenciador desse segmento jurídico especializado perante os demais ramos existentes. Nesta seara, a Doutrina considera fontes formais autônomas

(A) a Constituição Federal, as leis federais e as medidas provisórias.

(B) os tratados e convenções internacionais após ratificação e adesão internas e os regulamentos normativos.

(C) as convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalhos e o contrato coletivo de trabalho.

(D) as portarias, as instruções normativas e as circulares do Ministério do Trabalho.

(E) os usos e costumes, o laudo arbitral no contexto do Direito Coletivo do Trabalho e a sentença normativa.

5. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022

Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

Considerando a autonomia do Direito do Trabalho, no contexto dos ramos e disciplinas componentes do universo do Direito, em relação a suas fontes e seus princípios:

(A) As fontes formais heterogêneas do Direito do Trabalho, sob a perspectiva econômica, estão, regra geral, atadas à existência e evolução do sistema capitalista, advindo da Revolução Industrial, do século XVIII.

(B) Esse ramo jurídico especializado constitui-se das seguintes fontes materiais heterônomas: costumes; convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.

(C) São consideradas fontes formais autônomas justralhistas os tratados e convenções internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas e as sentenças normativas.

(D) O princípio do contrato-realidade determina que o operador jurídico, no exame das declarações volitivas, deve atentar mais ao envoltório formal do que à intenção dos agentes, porque a prática habitual não pode alterar o contrato pactuado.

(E) O princípio da norma mais favorável adquiriu respaldo constitucional na medida em que o artigo 7o, caput da Constituição Federal utilizou a expressão "além de outros que visem à melhoria de sua condição" ao elencar o rol dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

6. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

A Consolidação das Leis do Trabalho conceitua as figuras essenciais de um contrato de trabalho como sendo empregado e empregador, apresentando requisitos desta relação de emprego. Segundo essa norma,

(A) os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

(B) os profissionais liberais, mesmo que admitam trabalhadores como empregados, não se equiparam ao empregador, para os efeitos da relação de emprego.

(C) uma associação recreativa sem fins lucrativos não poderá ser considerada empregadora para efeitos da relação de emprego, por faltar o requisito da atividade lucrativa do empregador.

(D) o marido não poderá ser considerado empregado de sua esposa, casada em regime de comunhão de bens, em razão do grau de parentesco, mesmo que presentes os requisitos legais da relação de emprego.

(E) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços eventuais a pessoa jurídica mediante remuneração e sob a dependência desta.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

O contrato de trabalho intermitente, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ser considerado um contrato atípico, por ausência de

(A) subordinação.

(B) remuneração mensal.

(C) continuidade.

(D) onerosidade.

(E) previsibilidade.

8. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Considere as assertivas abaixo a respeito do contrato de trabalho intermitente.

I. O contrato de trabalho intermitente, por ser uma modalidade extraordinária e informal, pode ser celebrado de forma tácita, desde que haja algum meio eficaz de manifestação de vontade do empregado.

II. Apenas a categoria dos aeronautas é excluída da possibilidade de celebração de contrato de trabalho intermitente, por contar com legislação própria que regulamenta a profissão.

III. O silêncio do empregado após a oferta de trabalho feita pelo empregador é considerada recusa após 1 dia útil, sendo hipótese de descaracterização da subordinação jurídica.